

6

5

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

# Certificação Legal das Contas

Grant Thornton & Associados – SROC, I

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.ª Miraflores  
1495-132 Alges – Portugal

T +351 214 123 520  
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.ª B – 9000-064  
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540  
F +351 291 200 549

E-mail: [gt@gtthomton.pt](mailto:gt@gtthomton.pt)

## Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – Em Liquidação**, correspondentes ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 as quais compreendem o balanço, (que evidencia um total de 149.791.483 euros e um total de capital próprio negativo de 15.901.348 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 10.231.181 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e as correspondentes anexo às demonstrações financeiras.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade dos Liquidatários a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da EPUL e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Liquidatários utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, o qual não é aplicável, pelo facto de a empresa ter sido dissolvida e entrado em liquidação em 28 de maio de 2013;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Liquidação com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa - Em Liquidação** referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, excepto no que se refere ao princípio da continuidade que foi derogado.

### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Liquidação é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

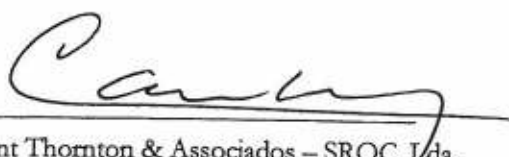
### Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, salientamos que :
- 9.1 A EPUL foi dissolvida e encontra-se em liquidação desde o dia 28 de maio de 2013, conforme deliberação da Assembleia da Câmara Municipal de Lisboa (CML), pelo que o princípio da continuidade das operações foi derogado e as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando tal derrogação. O registo do encerramento da liquidação e do cancelamento da matrícula da EPUL foi efectuado pelos Liquidatários na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa em 31 de dezembro de 2014.



- 9.2 Na Certificação Legal das Contas por nós emitida em 30 de abril de 2014 constava uma reserva no ponto 7, relativa a divergências de saldos entre a EPUL e a CML dado que, de acordo com a informação da CML, os saldos devedores e credores da EPUL estavam por excesso em, respectivamente, 18.629.971 euros e 1.208.451 euros. Em 31 de dezembro de 2014, conforme notas 9,12,18 e 20 do anexo às demonstrações financeiras foram registadas nas contas da EPUL diversas regularizações, por contrapartida da rubrica de “Resultados Transitados”, nomeadamente em relação aos saldos das contas de “Clientes”, com as quais concordamos. Subsistindo algumas diferenças identificadas que consideramos não serem materialmente relevantes, de acordo com informação da CML as mesmas foram anuladas aquando da integração das contas da EPUL nas contas da CML em 31 de dezembro de 2014.
- 9.3 Na Certificação Legal das Contas por nós emitida em 30 de abril de 2014 constava uma reserva no ponto 8 referente a eventuais responsabilidades a pagar relativas a processos judiciais instaurados contra a EPUL, nomeadamente pelas sociedades (i) Construções João Bernardino Gomes, S.A., de 96.111.045 euros; (ii) Alves Ribeiro, S.A., de 2.133.962 euros; (iii) MSF - Moniz da Maia, Serra e Fortunato, S.A., de 2.023.152 euros; e (iv) Qualisport - Avaliações Desportivas, Lda., de 1.581.313 euros, para as quais se encontravam constituídas “Provisões” de 2.362.493 euros. Tendo, por um lado, a CML informado haver chegado a acordo com a Sociedade de Construções João Bernardino Gomes, S.A., no que se refere à quantia a restituir, ao valor dos juros a pagar e ao prazo de pagamento de ambos os valores e, por outro, tendo a EPUL regularizado diversos processos judiciais e reforçado as “Provisões” para 5.206.056 euros conforme nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, este montante afigura-se adequado para fazer face a eventuais responsabilidades futuras.
- 9.4 Na Certificação Legal das Contas por nós emitida em 30 de abril de 2014 constava uma reserva no ponto 9, relacionada com o facto de a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” apresentar saldo devedor de 3.484.200 euros sem que o mesmo estivesse regularizado nas declarações submetidas à Autoridade Tributária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 este montante foi anulado por débito de “Resultados Transitados”, procedimento com o qual concordamos.

Lisboa, 24 de abril de 2015



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos António Lisboa Nunes